

CLAUSEWITZ E OS CONFLITOS IRREGULARES: UM PANORAMA SOBRE AS “NOVAS” GUERRAS NO SÉCULO XXI

Rachel Silva da Rocha Coutinho*
Victor Leandro Chaves Gomes**

RESUMO

Após o atentado de 11 de Setembro de 2001, muito se tem discutido acerca das possíveis transformações na natureza da guerra, especialmente em virtude do terrorismo e de outros conflitos não tradicionais. Os atores neste contexto são diversificados, e os inimigos não são mais clássicos e claramente identificáveis, no caso da guerra ao terror e às drogas. Conquanto o crescimento da guerra irregular tenha adquirido maiores proporções no início dos anos 2000, esta remete a tempos bem mais antigos. No século XIX, o general Carl von Clausewitz promoveu importantes contribuições sobre a guerra – especialmente no que tange à sua essência, aos meios e aos objetivos –, onde a violência se constitui parte fundamental e a política é vista como o cerne deste processo. Neste sentido, o presente artigo visa analisar, ainda que brevemente, alguns princípios estabelecidos pelo autor no que diz respeito a um modelo clássico de guerra, a fim de comparar argumentos que possam ou não indicar a presença de uma “nova” configuração no atual cenário.

Palavras-chave: Clausewitz. Terrorismo. Novas Guerras.

CLAUSEWITZ AND IRREGULAR CONFLICTS: A PANORAMA ON “NEW” WARS IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

After the September 11, 2001, several discussions took place about the possible transformations in the nature of war, especially because of the terrorism and other non-traditional conflicts. The actors in this context are diversified, and the enemies are not classical and clearly identifiable, as in the case of the War on Terror and on drugs. Although the increase of the irregular conflicts had acquired bigger proportions in the beginning of the 2000s, this phenomenon refers to times far more distant. In the 19 century, the general Carl von Clausewitz promoted some

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da UFF. Bolsista da CAPES. Contato: <rachelrcoutinho@gmail.com>.

** Professor de Teoria Política no Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da UFF. Coordenador do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF). Contato: <victorlcgomes@gmail.com>.

important contributions on war – especially about its essence, means and objectives –, where the violence constitutes a fundamental part and politics is seen as the center of the process. In this sense, this article seeks to analyze, briefly, some of the principles established by the author about a classic model of war, in order to compare arguments that could indicate or not the presence of a “new” configuration in the present scenario.

Keywords: Clausewitz. Terrorism. New Wars.

CLAUSEWITZ Y LOS CONFLICTOS IRREGULARES: UN PANORAMA SOBRE LAS “NUEVAS” GUERRAS DEL SIGLO XXI

RESUMEN

Después del 11 de septiembre de 2001, mucho se discutió sobre las posibles transformaciones en la naturaleza de la guerra, en especial debido al terrorismo y otros conflictos no tradicionales. Los actores en este contexto son diversificados, y los enemigos no son más clásicos e identificados con claridad, como ocurre en la guerra contra el terror y las drogas. Aunque el crecimiento de la guerra irregular haya adquirido mayores proporciones al inicio de los años 2000, esta remete a tiempos más antiguos. En el siglo XIX, el general Carl von Clausewitz promovió importantes contribuciones sobre la guerra – en particular con respecto a su esencia, a los medios y a los objetivos –, donde la violencia constituye la parte fundamental y se considera la política el cimiento de este proceso. Así, este artículo tiene el objetivo de analizar, aunque brevemente, algunos principios establecidos por el autor sobre un modelo clásico de la guerra, a fin de comparar argumentos que puedan indicar o no la presencia de una “nueva” configuración en el escenario actual.

Palabras-clave: Clausewitz. Terrorismo. Nuevas guerras.

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, muitos acreditavam que os tempos de guerra haviam se encerrado. Alguns, até mesmo, pensaram que a humanidade havia chegado ao *Fim da história* (FUKUYAMA, 1992). O século XXI, todavia, trouxe uma significativa inflexão neste cenário após os atentados de 11 de setembro de 2001. A chamada *Guerra ao Terror* (GWoT, na sigla em inglês) despontou na identificação massiva dos chamados “novos inimigos”. Não mais clássicos e claramente perceptíveis, estes se apresentam de maneira polimorfa, subjetiva e abstrata e, por diversas vezes, ultrapassam os limites do Estado.

Passados quinze anos dos ataques, é possível observar discussões sobre possíveis transformações no modo de fazer a guerra, em um contexto em que tecnologias militares, cada vez mais precisas, diminuem a quantidade de efetivos humanos em combate direto. Conflitos no formato clássico – ou seja, entre Estados

– também têm ocorrido com menos frequência, cedendo cada vez mais espaço à chamada guerra irregular, na qual um ator estatal entra em conflito com um não estatal (ainda que este último seja financiado/armado por um Estado).

Todavia, embora o fenômeno da guerra irregular possa parecer relativamente novo, diversos acontecimentos provam que ele não o é. Um exemplo disso foi o assassinato do herdeiro do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, pelo grupo terrorista denominado Mão Negra, que contou com o apoio do governo sérvio, em 1914.

A contribuição deste artigo está na promoção de um debate conjunto entre os escritos de Clausewitz e de quatro outros autores que realizam uma ponte entre a obra do general prussiano e as perspectivas atuais que perpassam o cenário dos conflitos irregulares. A escolha dos autores ocorreu de forma a obter certo equilíbrio da análise: Mahnken (2010) e Gray (1999) são defensores da validade dos princípios clausewitzianos na guerra contemporânea, enquanto Creveld (1991) e Kaldor (2013) apresentam posição oposta a este argumento.

Embora seja possível observar as transformações no modo de fazer a guerra, teriam estas modificado a sua essência? Tendo em vista a riqueza e a complexidade de Clausewitz e do tema, o presente texto não visa esgotar a discussão, mas estabelecer os primeiros fundamentos para este debate.

2 CLAUSEWITZ: GUERRA E POLÍTICA EM JOGO

Carl von Clausewitz (1780-1831) é considerado uns dos principais teóricos da guerra, encarando-a como uma expressão extrema – porém, natural – da política. Nascido na Prússia, ingressou no exército com apenas doze anos de idade, tornando-se general aos trinta e oito. A despeito de sua importante participação nos campos de batalha, a principal contribuição de Clausewitz está no âmbito teórico, ao buscar identificar os elementos permanentes da guerra e como estes funcionavam.

Logo no primeiro capítulo de seu livro *Da Guerra*, o autor apresenta o duelo – a oposição entre duas forças – como sendo a essência da guerra, onde o objetivo é tornar o adversário incapaz de toda e qualquer resistência, e o meio usado para tal fim é a violência. Daí a sua definição: “[...] a guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 7). Para Clausewitz (1996), a natureza da guerra é única e imutável, ao passo que suas características (e técnicas) podem se alterar por conta de ideias, tecnologias ou influências, tanto do tempo quanto do espaço.

Ao declarar que a guerra é um ato de violência empregado com uma finalidade objetiva (a derrota do inimigo), o autor reconhece a brutalidade desse conflito e afirma que ignorar tal fato é um desperdício de força, para não dizer um erro (CLAUSEWITZ, 1996, p. 8). O emprego da força física, no entanto, deve estar associado ao uso da inteligência, não para introduzir um princípio moderador,

mas para utilizar a violência da forma mais objetiva, a fim de garantir a completa submissão do inimigo. Sendo uma colisão entre duas forças vivas, a guerra é vista como uma ação recíproca, em que o ataque é relativo ao grau de força do adversário, e a paz só será possível mediante a rendição ou destruição deste.

A guerra, segundo Clausewitz (1996, p. 25), aplica-se a forças vivas e morais e, portanto, sobre ela não cabem o absoluto e o certo. O objetivo do autor não está, conforme já explicitado, em conhecer os princípios mutáveis da guerra. Em busca de sua natureza, o autor procura conceber uma teoria flexível e aberta o suficiente para levar em conta os imponderáveis, bem como de ter potencial para compreender futuros desenvolvimentos.

Sendo um conflito vivo e em constante movimento, a guerra não é uma simples expressão da paixão e do risco, mas “[...] um meio sério para alcançar um fim sério [...]” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 26). Ela surge sempre de uma situação política e resulta de um motivo também político. Daí, a tradicional afirmação de Clausewitz (1996, p. 27) de que “[...] a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios.”

Em sua bem conhecida “trindade”, Clausewitz (1996) demonstra como se estabelece a ligação entre o Estado e a guerra. Sendo esta uma continuação da política, não cabe uma avaliação puramente militar deste tipo de conflito, pois uma análise completa demandaria a observação de três componentes: i) violência e paixão; ii) indeterminação e chance; e iii) razão. O primeiro destes componentes está relacionado ao povo, movido pelo ódio e animosidade, um “cego impulso natural”. O segundo refere-se às Forças Armadas, que, mediante a coragem, determinação e talento do comandante e de suas forças, podem alcançar a vitória e contornar as intempéries, que o autor chama de fricção, às quais todos os indivíduos estão sujeitos. O terceiro e último está relacionado tão somente ao governo, capaz de definir racionalmente os objetivos políticos.

As paixões chamadas a incendiar-se na guerra de preexistir nos povos em questão; a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento no domínio do acaso e das suas vicissitudes dependerá do caráter do comandante e do exército; quanto aos objetivos políticos, só o governo decide por eles. (CLAUSEWITZ, 1996, p. 30).

A paixão é o impulso que confere o caráter animalesco e brutal à guerra. Este, todavia, precisa ser canalizado pelo poder militar, a fim de que o objetivo político determinado pelo governo seja alcançado.

A fricção, segundo o autor, é o elemento que faz a distinção entre a guerra real e a guerra absoluta. Aquela pode ser compreendida como os inúmeros

possíveis incidentes de pequena importância e que não são passíveis de previsão, que se combinam e reduzem o nível geral de desempenho, ainda que estes possam ser moderados por uma força de vontade da tropa e pela *virtù* do comandante. Não ocorrendo como um ato isolado, a guerra real é fruto do contexto histórico, político e social em que está inserida, onde a tensão e as hostilidades acumuladas são geralmente descarregadas em conflitos menores.

A guerra absoluta, por sua vez, figura a guerra ideal, onde, em um só combate, o emprego da força seria preciso e irrestrito para a derrota do inimigo. Tal manifestação extrema de violência, sem restrições políticas e legais à sua intensidade, configura-se em uma proposta não impossível, mas extremamente rara.

Outro ponto muito importante na teoria de Clausewitz é o centro de gravidade. Ele pode ser entendido como o ponto central de todo o poder e movimento, do qual tudo depende, sendo, pois, contra esse ponto que todas as energias devem ser dirigidas, para a obtenção de resultados decisivos e êxito nas operações.

A vitória, para Clausewitz, é, portanto, muito mais complexa que a simples ocupação do campo de batalha do inimigo; ela é mais sentida na destruição de suas forças físicas e psíquicas. Logo, o propósito político deveria determinar os meios empregados (bem como a espécie e o grau do esforço requerido) e estabelecer o objetivo militar (que varia conforme os objetivos, condições e recursos do inimigo).

3 THOMAS MAHNKEN E A CONTEMPORANEIDADE DE CLAUSEWITZ

Em seu texto *Strategic Theory*, Thomas G. Mahnken (2010) busca afirmar que, embora a contemporaneidade tenha infringido algumas modificações no caráter e na condução das guerras – especialmente devido às novas tecnologias –, sua lógica é universal. Portanto, a literatura clássica da estratégia continua útil na análise dos conflitos atuais.

Sendo a guerra um fenômeno recorrente em todos os tempos e lugares, o autor enfatiza a importância da teoria estratégica como uma forma de prover conceitos para a compreensão do conflito. Neste sentido, embora não se tratem de formulações fechadas, tais elementos podem orientar os tomadores de decisão na elaboração de soluções viáveis que tangem tanto aos tempos de guerra quanto aos de paz.

Mahnken (2010), a fim de corroborar com sua tese de que os fundamentos da estratégia clássica continuam vigentes na atualidade, utiliza como exemplo as análises de Carl Von Clausewitz (1996) e Sun Tzu (2012). Para os fins deste artigo, será tratada apenas a parte referente ao primeiro. Ao versar sobre o general prussiano, Mahnken (2010) estabelece como primeiro ponto fundamental de análise a concepção clausewitziana da guerra como “[...] um ato de força para compelir o inimigo a fazer a nossa vontade.”.

O autor também exalta a visão do militar prussiano de que o conflito deve apresentar uma finalidade política. Assim, a guerra deve fazer parte de um processo racional, em que a estratégia para o conflito passa a ser definida com base em objetivos políticos claramente identificáveis.

Mahnken (2010) afirma que Clausewitz (1996) via a guerra sob quatro diferentes contextos. O primeiro deles é que a guerra envolve, em última instância, matar e morrer, ou seja, não há possibilidade de conflito sem derramamento de sangue. O segundo, que tal conflito é uma competição entre exércitos, generais e Estados. O terceiro, de que a guerra é um instrumento da política e, portanto, não deve possuir um fim em si mesma. Por fim, o general prussiano diz que ela é uma atividade social.

São destacados também conceitos-chave da obra *Da guerra*, que são centrais para o estudo da estratégia. O primeiro é o conceito de “trindade” (MAHNKEN, 2010, p. 73), que já foi discutido na seção anterior. Outro elemento central é o de “natureza da guerra”. Apenas conhecendo como ela ocorre e como são as interações entre as partes beligerantes, aliadas e neutras é que será possível desenvolver uma estratégia efetiva. O próximo conceito está relacionado ao “cálculo racional da guerra”. Conforme já expresso anteriormente, a magnitude e a duração de um conflito devem ser calculadas de acordo com os objetivos políticos de um determinado Estado. Por fim, a formulação clausewitziana de fricção, que aponta que as mais simples atividades se tornam difíceis na guerra.

O objetivo de Mahnken (2010) foi mostrar que os elementos clássicos da teoria estratégica ainda são válidos nos tempos de hoje. Mesmo com o advento da tecnologia, da globalização e do surgimento de atores trans ou subnacionais, a natureza da guerra ainda permanece a mesma. O autor também afirma que os atores não estatais, como os grupos terroristas, são atores estratégicos, da mesma forma que os Estados. Logo, tais atores têm um objetivo político claramente definido no que tange à guerra. Por fim, Mahnken (2010) afirma que os que apontam a estratégia como uma ilusão, na verdade, confundem a dificuldade de sua execução com a existência da lógica estratégica.

4 COLIN GRAY E A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CLÁSSICOS CLAUSEWITZIANOS

Colin Gray ressalta que, mesmo dentro do contexto atual de enorme complexidade, no futuro haverá guerras de caráter regular e irregular, como sempre ocorreu. O autor argumenta que, ainda que o curso dos eventos tenha se modificado, a natureza da guerra permanece a mesma (GRAY, 1999, p. 181).

Segundo o autor, paira sobre as relações internacionais um mito da transformação da política mundial que, de certa maneira, é expresso por um discurso de fim (*endist*) da antiga ordem, especialmente nos anos 1990, quando, de certa forma, há a rejeição dos clássicos da estratégia moderna. Esta visão

inclui elementos como: a ideia do Fim da História e o triunfo do liberalismo e da democracia moderna, o fim da guerra total (usualmente reconhecida como grandes conflitos militares entre Estados) e o fim da utilidade do uso da força nas relações internacionais, em virtude da moralização e da legalização do fenômeno da guerra (GRAY, 1999, p. 169).

Para Gray (1999), autores que afirmam que a longa e sangrenta história da estratégia chegou ao fim não compreendem que – a despeito de o próprio Clausewitz ter afirmado que a guerra é um camaleão, capaz de se adaptar às mais diversas circunstâncias – sua natureza não muda. O que se transforma são os objetivos políticos que a orientam.

War's nature as organized violence for 'political' (or what corresponds to what we understand by political today) goals survives untouched by radical shifts in political forms, motives for conflict, or technology. Recognizable 'war' predated, and will postdate, the modern states' system. (GRAY, 1999, p. 169).

Obras como as de Tucídides e Clausewitz continuam imprescindíveis para a compreensão dos conflitos atuais, mesmo diante de uma “Revolução dos Assuntos Militares”. Em seu artigo *Clausewitz rules, Ok? – the future is the past with GPS*, é enfatizada a importância do general prussiano especialmente no que tange ao uso da força e da violência intrínseca ao fenômeno da guerra (GRAY, 1999).

O autor apresenta quatro pontos que sustentam este argumento. O primeiro deles é que, conquanto a política internacional tenha se modificado (distribuição de poder, tecnologia, cenário econômico-financeiro, etc.), este não é um motivo forte o suficiente para se presumir uma mudança na sua natureza. Neste sentido, obras clássicas como as de Maquiavel e Clausewitz podem oferecer conhecimentos eternos, uma vez que compartilham uma visão precisa de uma realidade permanente.

No segundo argumento, Gray (1999, p. 182) afirma que o fato de Clausewitz e outros clássicos serem, por vezes, repetidos à exaustão, não os torna obsoletos e incorretos. O autor aqui se refere a certo receio do uso de princípios tradicionais para a análise de fenômenos contemporâneos, como o terrorismo.

Tal enfoque não é novo: algumas questões são propostas pelo autor para explicar o fato. A invenção da bomba nuclear teria tornado a guerra total obsoleta (o que, como afirma Gray, não a torna impossível). *“Major war, employing every class of weapon in the arsenal, remains possible in a world where states remain the final arbiters of their own security.” (GRAY, 1999, p. 178).*

Outra questão que se apresenta é acerca das restrições do uso da força na guerra, o que, para o autor, pode ocasionar erros estratégicos. As regras de Clausewitz quanto à violência que permeia o fenômeno não mudam, ainda que a Organização das Nações Amigas (ONU) diga o contrário (GRAY, 1999, p. 178). Existe

ainda a crença de que as armas de destruição em massa são apenas instrumentos de dissuasão. Para o autor, nada garante que estas jamais serão realmente usadas, uma vez que o instinto para o combate é parte da natureza humana, ainda que esta parte não seja muito desejável (GRAY, 1999, p. 181).

No terceiro ponto, Gray exalta o potencial do livro *Da Guerra* de conservar sua vitalidade no que se refere à discussão dos problemas de segurança do presente. De acordo com o autor,

No single tome dominates scholarship in international relations as does On War for strategic topics, but the corpus classicus of the great realist historian-theorists has persisting value because, as with On War, it penetrates and speaks to the enduring nature of its subject. Whether humans navigate by the stars or via the satellites of the US Global Positioning System (GPS), and whether they communicate by smoke signals or via space vehicles, matters not at all for the permanent nature of strategy. (GRAY, 1999, p. 182).

O quarto e último argumento vai ao encontro do princípio realista de que a natureza humana é egoísta. De acordo com o autor, a humanidade terá um futuro sangrento, assim como no passado, e pelas mesmas razões que levaram ao problema com a essência (in)humana. Pensar o contrário, segundo ele, é negligenciar a História, os seres humanos e as próprias instituições por estes criadas.

5 VAN CREVELD E A CRÍTICA À VISÃO CLAUSEWITZIANA DA GUERRA

Se comparado com Gray, Martin van Creveld é menos pessimista sobre o futuro. Em seu livro *The Transformation of War*, o autor busca compreender as razões pelas quais a violência organizada ocorre e entende que a guerra não é apenas um meio, mas, por diversas vezes, tem sido um fim, uma atividade altamente atrativa que não possui substituto adequado (CREVELD, 1991, p. 218).

Creveld (1991) argumenta que a principal obra de Clausewitz, *Da Guerra*, se tornou obsoleta, uma vez que o fenômeno da guerra está preso ao Estado, envolvendo o uso irrestrito da força e sempre realizado em prol de um fim político. O autor afirma que a Guerra descrita por Clausewitz é apenas um dos tipos de guerras existentes (CREVELD, 1991, p. 57). Seu objetivo, então, é promover um novo arcabouço para se pensar a guerra, para além do general prussiano.

Começando pelo Estado moderno, Creveld (1991) argumenta que, embora tenham emergido da guerra e se firmado pela capacidade de proteger seu território de ataques externos, atualmente é reduzida a disposição dos Estados em proteger seus cidadãos de conflitos de baixa intensidade que desafiam a segurança internacional. Aliás, mais frequentes desde o fim da II Guerra Mundial.

Crevelde (1991) afirma que este tipo de conflito é importante porque tem promovido impactos significativos no cenário estratégico internacional, como no caso do Vietnã. Guerras convencionais (neste mesmo período pós-1945), com exceção da Guerra dos Seis Dias, terminaram em empate ou com o mesmo cenário que pairava antes do início da guerra.

Se o Estado Moderno não consegue administrar os conflitos de baixa intensidade, os cidadãos podem se sentir desprotegidos, e a integridade da unidade política pode ser abalada, uma vez que “[...] *the most important single demand that any political community must meet is the demand for protection.*” (CREVELDE, 1991p. 198). Logo, se esse Estado não pode proteger seus cidadãos, então ele claramente não tem um futuro à frente (CREVELDE, 1991).

Crevelde (1991) não deseja afirmar que a guerra convencional chegará ao fim, mas que os conflitos de baixa intensidade se tornarão a forma dominante de violência armada, fazendo com que as Forças Armadas se adaptem a esta configuração a fim de combater tais conflitos, com táticas de guerrilha, por exemplo. Assim como o Estado e as Forças Armadas (FFAA) precisam se renovar diante do novo cenário, a estratégia clássica também deve mudar: os investimentos tenderão a ser cada vez maiores em equipamentos pequenos e baratos, que podem ser produzidos em grande escala, do que em tecnologias grandes e caras (CREVELDE, 199, p. 210).

Na visão do autor, a guerra visaria não mais aos interesses nacionais, mas à morte dos líderes inimigos, por motivos religiosos, pelo espólio ou por simples entretenimento; o que coloca em xeque a premissa de Clausewitz de que a guerra tem sempre um objetivo político.

6 MARY KALDOR E A DEFESA DAS NOVAS GUERRAS

Mary Kaldor (2013, p. 1), uma das principais autoras que discutem a ideia de que o século XXI é marcado pelo fenômeno das novas guerras, observando que tais conflitos devem ser entendidos não como uma categoria empírica, mas “[...] como uma forma de elucidar a lógica da guerra contemporânea que pode oferecer tanto uma estratégia de pesquisa, como um guia para a política.”

A autora apresenta quatro categorias de debate para a defesa do componente novo de grande parte das guerras da atualidade. Apenas três delas são relevantes para os fins deste artigo. A primeira delas é se as novas guerras são realmente novas. A seguir, se este tipo de conflito é realmente guerra ou crime. Por fim, se as novas guerras podem ser consideradas pós-clausewitzianas.

Kaldor (2013) considera as novas guerras como guerras da era da globalização. Geralmente, elas estão situadas em regiões onde Estados autoritários foram enfraquecidos com a abertura ao resto do mundo (KALDOR, 2013, p. 2). As diferenças entre as guerras antigas e as novas consistem nos atores, objetivos, métodos e formas de financiamento que cada uma utiliza.

Não é novidade que as guerras tradicionais são lutadas pelos exércitos regulares dos Estados. Nas novas guerras, segundo Kaldor (2013), há uma vasta combinação entre redes de atores estatais e não estatais, bem como de Forças Armadas regulares, mercenários, jihadistas, grupos paramilitares, etc. No que tange aos objetivos, as guerras antigas tinham por pano de fundo interesses geopolíticos ou alguma ideologia (democracia ou socialismo). A autora afirma que as novas guerras “[...] são lutadas em nome da identidade (étnica, religiosa ou tribal).” (KALDOR, 2013).

Quanto aos métodos, nas guerras antigas, a batalha era um encontro decisivo, em que o fazer a guerra consistia na conquista de territórios por meios militares. Nas novas guerras, as batalhas são raras, e o território é conquistado por meios políticos, através do controle da população. Neste último, o recurso da violência contra os civis é bastante utilizado. As formas de financiamento das guerras antigas vinham majoritariamente dos Estados. Nas novas, os recursos chegam através de financiamento privado; espólio de guerra; tráfico de pessoas, drogas, armas, petróleo e pedras preciosas; etc. “Enquanto as guerras antigas estavam associadas com a construção do Estado, as novas guerras são o oposto; elas tendem a contribuir com o desmantelamento do Estado” (KALDOR, 2013, p. 3).

Encerrados os argumentos da autora acerca da distinção entre os dois tipos (que, para ela são uma espécie de tipo ideal) de guerra, o segundo tópico estabelecido para o debate é se as novas guerras podem ser vistas como guerras ou como crimes. A crítica mais comum é que as novas guerras não são realmente novas. Para muitos estudiosos do tema, Estados fracos podem ser encontrados desde o começo do período moderno e que fenômenos como banditismo, estupro em massa, deslocamento populacional forçado ou atrocidades contra civis são bem antigos (KALDOR, 2013, p. 4).

Tais afirmações são corretas, porém, o que os críticos esquecem é que o termo “novas” visa excluir antigas concepções sobre a natureza da guerra e prover a base para uma nova metodologia de pesquisa. “*The aim of describing the conflicts of the 1990s as ‘new’ is to change the way scholars investigate these conflicts and thus to change the way policy-makers and policy-shapers perceive these conflicts.*” (KALDOR, 2013).

Quanto à questão das novas guerras serem consideradas crimes, Kaldor (2013) afirma que este tipo de conflito é formado por uma mistura de guerra (violência organizada com fins políticos), crime (violência organizada com fins privados) e violações de direitos humanos (violência contra civis). Todavia, o elemento político deve ser analisado de modo mais cauteloso, uma vez que ele é parte da solução. “Guerra significa violência organizada a serviço de fins políticos. Esta é a forma que ela legitima a atividade criminal. Homens-bomba (KALDOR, 2013, p. 6).

Por fim, ao tratar de Clausewitz, Kaldor (2013) reconhece que o autor promoveu excelentes contribuições para a compreensão das guerras antigas. Sua

trindade era “maravilhosa” porque tornou possível a coesão entre o povo e o Estado moderno. No entanto, a distinção entre povo, Estado e Forças Armadas é distorcida com as novas guerras ((KALDOR, 2013, p. 11). O atual contexto, segundo Kaldor (2013), não se encaixaria nas estruturas da trindade concebidas pelo general prussiano, uma vez que os atores e suas respectivas atividades não podem ser claramente discernidos.

Acerca da primazia da política, Kaldor apresenta uma distinção entre os sentidos da palavra política que, em inglês, seria algo como a diferença entre *policy* (*foreign policy* – política externa) e *politics* (*domestic politics* – política interna). De acordo com a autora, a visão clausewitziana da trindade como elemento de coesão estaria relacionada ao campo interno (*politics*). Da mesma forma que o patriotismo aumenta durante a guerra, as identidades, muito presentes no contexto das novas guerras, são forjadas através do medo e do ódio, através da polarização entre “nós” e “eles”.

In other words, war itself is a form of political mobilisation, a way of bringing together, of fusing the disparate elements that are organised for war. Understood in this way, war is an instrument of politics rather than policy. It is about domestic politics even if it is a politics that crosses borders rather than the external policy of states. If, for Clausewitz, the aim of war is external policy and political mobilisation, this means, in new wars, it is the other way round. Mobilisation around a political narrative is the aim of the war and external policy or policy vis-à-vis the proclaimed enemy is the justification. (KALDOR, 2013, p. 11).

No que tange à razão, Kaldor (2013) afirma que as novas guerras são baseadas em interesses particularistas, dadas as influências das narrativas políticas. Elas deliberadamente violam regras e normas da Guerra, sendo lógicas em um sentido instrumental. Mas elas não são racionais, pois a razão está relacionada a normas universalmente aceitas que servem de base para o direito nacional e internacional (KALDOR, 2013, p. 12).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou promover uma reflexão sobre os princípios de Clausewitz e seus possíveis impactos nas guerras irregulares. Para tal fim, fizemos uma breve análise das ideias do general prussiano, dos comentaristas que consideram sua obra válida para analisar tais conflitos e dos outros dois contrários a esta posição.

A despeito da abordagem dos autores, é inegável que os escritos de Clausewitz são de profundo valor histórico e teórico. O que é questionado não é a validade

dos princípios do general prussiano, mas a aplicabilidade destes na explicação das guerras irregulares.

O primeiro princípio em questão é a política. Creveld (1991) afirma que a guerra nem sempre tem um objetivo político claro, calcado no interesse nacional. Muitas vezes, conflitos são iniciados por questões religiosas, pelo espólio, ou por qualquer outra razão que, na visão do autor, não tem um fundamento político. Kaldor (2013) também defende a ideia de que os objetivos das chamadas novas guerras são marcados por questões de origem étnica, religiosa ou tribal.

Todavia, é possível enxergar nessas questões também uma intencionalidade política, visto que o choque de vontades entre as partes ainda se encontra presente, seja qual for o motivo da beligerância. Mahnken e Gray defendem tal postura, uma vez que vêem a guerra como uma atividade social em que o político pode assumir diversas formas (GRAY, 1999, p. 169), envolvendo, inclusive, elementos culturais e religiosos.

Creveld (1991) e Kaldor (2013) argumentam, também, que a guerra tem se tornado um fim, ao invés de um meio. O primeiro autor afirma que a atividade da guerra tem se tornado altamente atrativa. A segunda, por sua vez, baseia seu argumento na longa – e, aparentemente, interminável – duração de certos conflitos, que, de certa forma, conduzem à ideia de que sua finalidade não é eminentemente política. Em certa medida, as disputas de poder e a busca pela submissão da vontade ou aniquilação do adversário vão contra este argumento. A questão da fricção imposta por Clausewitz também aponta que a guerra oferece obstáculos que, por vezes, podem prolongar o conflito.

O que se pode questionar, no entanto, é a ideia de racionalidade da guerra tão pulsante em Clausewitz. Se em conflitos tradicionais, a trindade garantia a harmonia entre o povo, o Estado e as Forças Armadas, os conflitos irregulares trazem à cena novos atores que tornam o conflito imprevisível. Essa adição de novos elementos não somente coloca em jogo um choque entre racionalidades, mas também questiona a aplicabilidade da clássica trindade clausewitziana no estudo desses novos conflitos. Ainda que os elementos tradicionais estejam presentes nessa nova configuração, a inserção de outros atores levaria a uma nova harmonização, diferente da clássica.

A leitura de Clausewitz, portanto, continua necessária para a compreensão da guerra. O fundamento político do conflito ainda está presente, mesmo sob a forma de elementos que antes não pareciam tão influentes. A fricção, conceito que sintetiza os inúmeros obstáculos não planejados que podem ocorrer, continua atuando nos conflitos clássicos e irregulares. Conforme Mahnkene e Gray sustentam, a natureza política e violenta da guerra permanece a mesma, considerando, todavia, uma compreensão mais estendida do que vêm a ser política e a violência (GRAY, 1999, p. 169).

No entanto, a questão da trindade talvez não seja tão adequada em um cenário de guerra que envolva atores não estatais, que não possuem Forças Armadas e nem

mesmo um povo. Ainda que disponham de armamentos, que tenham treinamentos militares, que possuam um relativo número de adeptos e que, até mesmo, recebam financiamento de um Estado inimigo, o tipo de guerra empregada entre atores tão desproporcionais parece fugir dos limites da trindade clausewitziana.

Quanto à violência empregada, nota-se que – entre os autores aqui discutidos – os conflitos irregulares são muito mais brutais e sangrentos que os tradicionais. Todavia, o uso da violência na guerra clássica contribuiu muito para a construção e para o fortalecimento do Estado, enquanto que, na guerra irregular, o que ocorre é o enfraquecimento – se não físico, moral e político – das unidades estatais.

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CREVELD, Martin van. *The transformation of war*. New York: Free Press, 1991.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAY, Colin. Clausewitz rules, ok? The future is the past – with GPS. *Review of International Studies*, [S.l.], v. 25, p. 161-182, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20097644>>. Acesso em: 13 set. 2016.

KALDOR, Mary. In defence of new wars. *Stability: International Journal of Security and Development*, London, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2013. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/49500/1/_lse.ac.uk_storage_LIBRARY_Secondary_libfile_shared_repository_Content_Kaldor,M_Kaldor_Defence_new_wars_2013_Kaldor_Defence_new_wars_2013.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MAHNKEN, Thomas G. Strategic theory. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. *Strategy in the contemporary world*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TZU, Sun. *A arte da guerra*: os 13 capítulos originais. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. 2. ed. São Paulo: Clio Editora, 2012.

Recebido em: 16/10/2016

Aceito em: 08/11/2016